



Em Tese

AMARGOS REFORMISTAS: DEBATES ENTRE INTELECTUAIS AUTORITÁRIOS, NO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1914-1924)

Bitter Reformists: Debates Among Authoritarian Intellectuals at the End of the First Republic (1914-1924)

Reformistas Amargos: Debates entre Intelectuales Autoritarios al Final de la Primera República (1914-1924)

Lucas Silva Gazinhato

Doutorando em Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Santo André, Brasil

lucas.gazinhato@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-9520-9881>

Maria Gabriela Silva Martins Cunha Marinho

Doutora em História Social (USP), Professora Titular

Universidade Federal do ABC (UFABC)

, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Santo André, Brasil

gabriela.marinho@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5698-0437>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

O presente artigo discute alguns elementos do pensamento autoritário brasileiro, desenvolvidos nas duas últimas décadas da Primeira República, a partir das obras de Alberto Torres "A Organização Nacional" e "O Problema Nacional Brasileiro", ambas lançadas em 1914. Seguimos alguns dos desdobramentos das discussões dessas obras na década seguinte, por meio das discussões apresentadas por Oliveira Viana e os textos contidos na coletânea intitulada *À Margem da História da República* de 1924. A influência do pensamento autoritário do período tende a ser abordada a partir dos acontecimentos de 1930, quando ocorreram certas quebras da dinâmica política da Primeira República. Mas para nós, já na década de 1920, no âmbito intelectual, é possível encontrar a sua influência.

PALAVRAS-CHAVES: Pensamento Autoritário. Primeira República. Alberto Torres. Oliveira Viana. Década de 1920.

ABSTRACT

This article examines elements of Brazilian authoritarian thought developed during the final two decades of the First Republic, focusing on the works of Alberto Torres, specifically "A Organização Nacional" and "O Problema Nacional Brasileiro," both published in 1914. We trace some of the repercussions of the discussions in these works into the following decade through the analyses of Oliveira Viana and the texts included in the 1924 anthology "À Margem da História da República." While the influence of authoritarian intellectuals such as Alberto Torres and Oliveira Viana is often discussed in relation to the events of 1930, which marked

significant disruptions in the political dynamics of the First Republic, we argue that their intellectual influence was already evident in the 1920s.

KEYWORDS: Authoritarian Thought. First Republic. Alberto Torres. Oliveira Viana. 1920's Decade.

RESUMEN

Este artículo examina los elementos del pensamiento autoritario brasileños ,desarrollados durante las dos últimas décadas de la Primera República, centrando su atención en las obras de Alberto Torres, en particular "A Organização Nacional" y "O Problema Nacional Brasileiro," ambas publicadas en 1914. Rastrearemos algunas de las repercusiones de las discusiones en estas obras en la década siguiente a través de los análisis de Oliveira Viana y los textos incluidos en la antología de 1924 "À Margem da História da República." Aunque la influencia de intelectuales autoritarios como Alberto Torres y Oliveira Viana a menudo se discute en relación con los eventos de 1930, que marcaron disrupciones significativas en la dinámica política de la Primera República, argumentamos que su influencia intelectual ya era evidente en la década de 1920.

PALABRAS CLAVE: Pensamiento Autoritario. Primera República. Alberto Torres. Oliveira Viana. Década de 1920.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute alguns elementos do pensamento autoritário brasileiro, desenvolvidos nas duas últimas décadas da Primeira República, a partir das obras de Alberto Torres "A Organização Nacional" e "O Problema Nacional Brasileiro", ambas lançadas em 1914. Seguimos alguns dos desdobramentos das discussões dessas obras na década seguinte, por meio de trabalhos de Oliveira Viana e alguns textos da coletânea intitulada *À Margem da História da República* de 1924. Estes intelectuais de diferentes gerações, majoritariamente, defendiam uma série de reformas políticas e ideológicas no aparato estatal pela via autoritária, indo contra a necessidade de rupturas bruscas na sociedade, como um processo de caráter revolucionário, por exemplo. Eram, segundo nossa proposta, *Amargos*, devido às frustrações e pessimismos observados na trajetória republicana, e *Reformistas*, pelas propostas de mudanças discutidas acima.

Entendemos uma ideologia autoritária, de modo sucinto, como uma visão de sociedade centralizada e vertical, que limita a mobilização política em torno de certos grupos dirigentes ou em apoio de uma figura política gerindo o Estado (FERNANDES, 2019, LINZ, 1979, STEPAN, 1973). Além disso, no caso específico da Primeira República, ocorre uma análise social e histórica que tende a produzir diagnósticos para os problemas nesta perspectiva autoritária, sendo um projeto nacional tecnocrático e centralizador, de profundas reformas políticas, a solução, como citado acima (LAMOUNIER, 2006, SANTOS,



2017, CARVALHO, 1991, VIANA, 1991)¹. Não obstante, muitos dos autores estudados estavam em um espectro de reação conservadora, na tentativa da defesa de estruturas e instituições seculares da sociedade brasileira frente às tentativas de mudanças bruscas ou revolucionárias, como veremos por exemplo nos textos de Oliveira Viana e a sua tentativa de resguardo e exaltação de elementos do período colonial e monárquico².

Apesar dos autores e obras analisadas apresentarem certas divergências em relação aos modelos políticos e visões sociais, existe um forte fator de *convergência* entre suas ideias, que focamos neste artigo. Maria José de Rezende, ao analisar o pensamento conservador brasileiro na virada do século XIX para o XX, afirma, utilizando como base o pensamento de alguns autores (Perdigão Malheiros, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Viana e Gilberto Freyre), que mesmo não apresentando uma linha de pensamento homogênea, o “balizamento de suas ações e de seus pensamentos, apesar das diferenças entre eles, estava dado pela necessidade de encontrar soluções para os problemas da nação” (REZENDE, 2000a: 58). Então, a convergência de visões, com base no contexto histórico-social, foi necessária para a racionalização de projetos políticos conservadores e ou autoritários, que no caso do que discutimos, foi muito importante no pensamento social brasileiro já na década de 1920.

A influência de intelectuais autoritários como Alberto Torres e Oliveira Viana tende a ser abordada a partir dos acontecimentos de 1930, quando ocorreram certas quebras da dinâmica política da Primeira República, em especial a respeito da ação dos estados e a institucionalização da perspectiva do autoritarismo com a implantação da ditadura do Estado Novo, concretizados pelos textos de autores como o próprio Oliveira Viana e Azevedo Amaral (OLIVEIRA, 1980, LAMOUNIER, 2006)³. Todavia, para nós, já na década de 1920, no âmbito intelectual, é possível encontrar o seu lastro, não só nos meios

¹ Para uma revisão do debate sobre a conceituação de autoritarismo, e uma crítica marxista à perspectiva liberal de autores como Juan Linz, Alfred Stepan e Thomas Skidmore ao analisar regimes totalitários e autoritários, ver FERNANDES, 2019.

² Em nossa perspectiva, o pensamento conservador, conforme Karl Mannheim, emerge no contexto das transformações no pensamento europeu do século XVIII, em reação às rupturas promovidas pela Revolução Francesa e à disseminação de ideias modernas, liberais e socialistas, que buscavam alterar estruturas intelectuais, políticas e sociais (MANNHEIM, 1986). Diferente do tradicionalismo, que rejeita mudanças, o conservadorismo articula progresso e tradição, valorizando permanências históricas, culturais e religiosas, como exemplifica Edmund Burke ao defender uma evolução moral e religiosa alinhada ao respeito pelo passado (LE GOFF, 2013).

³ Sobre a influência das obras de Alberto Torres depois de 1930 no pensamento intelectual e político brasileiro, segundo Lúcia Lippi de Oliveira: Ainda segundo Lúcia Lippi de Oliveira: “É, em resumo, a presença de temas críticos para os autores de 30, como a criação da nacionalidade e o estudo “científico” da realidade brasileira, que facilita a aproximação dos intelectuais do pensamento de Alberto Torres” (OLIVEIRA, 1980, p.39).

intelectuais, mas também no âmbito dos jovens oficiais do movimento tenentista e da literatura. Por exemplo, Juarez Távora e setores do modernismo, como a sua vertente ‘Verde Amarela’ (SALGADO, 1956, FAUSTO, 1997, MUNDIM, 2006, GAZINHATO, 2021).

Em relação ao estudo desta linha de pensamento autoritário da Primeira República, especificamente, houve duas abordagens de destaque a partir da década de 1970, nas Ciências Políticas. Bolívar Lamounier enquadra esses intelectuais dentro da perspectiva do pensamento antiliberal, que, observando de maneira crítica o modelo político implantado em 1889, consolidado com a constituição de 1891, propuseram, por meio de discussões histórico-sociais, soluções que partissem do oposto do modelo descentralizado, federativo e preocupado com o mercado capitalista internacional (LAMOUNIER, 2006). Por essa oposição ao caráter liberal do modelo político republicano, Lamounier classifica essa linha de pensamento autoritário como uma *Ideologia de Estado*, na qual este será o centro de desenvolvimento político, mesmo que ainda levando em conta a ação do mercado (LAMOUNIER, 2006). Por outro lado, Wanderley Guilherme dos Santos critica a abordagem de Lamounier, em especial a ideia de uma *Ideologia de Estado*, já que o autor “não esclarece jamais se quer dizer que existem ideologias políticas que não implicam uma noção de Estado” (SANTOS, 2017, p.137). Para Wanderley Guilherme dos Santos, alguns desses autores, especialmente Oliveira Viana, estariam seguindo uma tradição do pensamento liberal específica, em desenvolvimento desde a colônia, e suas propostas autoritárias seriam aplicadas como um modelo provisório, o que o autor classifica como um *autoritarismo instrumental*, em oposição ao *liberalismo doutrinário*⁴, que pregava a aplicação dos preceitos clássicos do pensamento liberal, com pouca adaptação à realidade nacional, sendo o primeiro mais “capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal” (SANTOS, 2017, p.191)⁵.

No propósito deste artigo, tendemos mais à abordagem de Wanderley Guilherme dos Santos e o conceito de *autoritarismo instrumental*, já que, como veremos, muitos

⁴ Segundo Gildo Brandão, podemos observar a contraposição destas duas vertentes em um debate de longa duração na intelectualidade brasileira. O liberalismo vem dos debates de Tavares Bastos sobre o caráter oriental e parasitário que o Estado Brasileiro absorveu de Portugal, que se reflete em autores como Raymundo Faoro, na perspectiva do Estamento burocrático, e “desemboca, como sugere Simon Schwartzman e outros “americanistas”, na proposta de (des)construção de um Estado que rompa com sua tradição “ibérica” e imponha o predomínio do mercado, ou da sociedade civil, e dos mecanismos de representação sobre os de cooptação, populismo e “delegação” (BRANDÃO, 2015, p. 239). No outro polo, partindo dos pressupostos do Visconde do Uruguai, surge a vertente crítica ao *liberalismo doutrinário*, ou a chamada via “Ibérica”, seguidas principalmente por Alberto Torres, Oliveira Viana e por autores conservadores e autoritários ao decorrer do século XX (BRANDÃO, 2015). Veremos com mais detalhe essa perspectiva na segunda parte deste artigo, principalmente pela perspectiva de Luiz Werneck Vianna (VIANNA, 1991).

⁵ Para um resumo do debate entre os dois autores, ver LYNCH, 2013, 2016, BRANDÃO, 2015.

desses intelectuais acreditavam nos pressupostos liberais, mas necessitavam que sua realização ocorresse dentro de um processo de modernização “de cima”, conservador e antipopular (SANTOS, 2017, LYNCH, 2016).

No quesito metodológico, nossa abordagem parte da análise de obras do período, em especial, os comentados textos de Alberto Torres, *Problemas de Política Objetiva*, *O Idealismo da Constituição e Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Viana, e a também já citada compilação de textos intitulada *À Margem da História da República*, de vários autores. Por meio desses documentos, traçamos uma linha específica de pensamento que atravessa os autores selecionados, considerando e destacando suas diferenças, bem como o contexto histórico, político e social em que estavam inseridos. Para isso, o arcabouço teórico fornecido pelos estudos do campo da História das Ideias, em especial nas áreas da Filosofia, Sociologia e Ciência Política, nos foi muito importante.

Desde seus primórdios no Brasil, a História das ideias já se preocupava em entender a particularidade do pensamento social brasileiro, apesar da influência externa (COSTA, 1967). O desenvolvimento de linhas intelectuais próprias esteve influenciado pelo contexto da sociedade brasileira do início do século XX, que, no âmbito da crítica autoritária e conservadora, gestou reflexões sobre sua mudança e uma tentativa de superação de uma posição subalterna em relação ao eixo Atlântico Norte (REZENDE, 2000, LYNCH, 2013). Segundo Christian Lynch, o percurso da História das ideias ou dos estudos do pensamento brasileiro passou por um caminho complexo de influências estrangeiras e internas, debates, interpretações e disputas intelectuais (LYNCH, 2013). A partir das primeiras organizações do pensamento brasileiro em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, no século XIX e início do XX, a influência filosófica Hegeliana do Instituto Brasileiro de Filosofia nos anos 40 e 50, passando pelos estudos Isebianos e as novas abordagens da década de 70 na USP e na UERJ, os estudos sobre a realidade brasileira e seu pensamento tendem a encontrar maneiras de refletir sobre as construções epistemológicas de entender nossa realidade e elaborar maneiras de superá-las (LYNCH, 2013, 2016)⁶. Nas últimas décadas, os estudos dentro do campo do Pensamento Político Brasileiro (PPB) vem crescendo⁷, com novas abordagens, reflexões e

⁶ Lynch alude ao interessante fato da predominância em certos momentos da História das Ideias brasileiras do uso do termo “pensamento”, em vez de “teorias”, “ciência” e “filosofias”, para as análises sociais e políticas, aliado ao caráter “ensaístico”, que seriam um reflexo do sentimento subalterno do país, dentro do contexto latino-americano, ainda não conectado com um espírito “universal” do cânone mundial (LYNCH, 2013).

⁷ Ainda segundo Lynch “Há vinte anos o campo de estudos do pensamento político brasileiro (PPB) vem crescendo exponencialmente na área de ciência política. Duas foram as teses de doutorado defendidas ao longo da década de 1980, número que subiu a doze na de 1990 e chegou a dezoito na de 2000.” (LYNCH,

revisões, a exemplo dos trabalhos e obras de autores como Gildo Marçal Brandão, Luiz Werneck Vianna e Christian Lynch (LYNCH, 2013, 2016)⁸.

O Artigo foi dividido em três partes. Na primeira, serão acompanhadas as prerrogativas intelectuais dissertadas por Alberto Torres em suas obras lançadas no ano de 1914. Depois, analisaremos os impactos de suas obras, especialmente em Oliveira Viana, um dos primeiros de seus seguidores, mas apontando suas diferenças e abordagens distintas. Por fim, discutiremos sobre alguns textos contidos na compilação *À margem da História da República*, na qual os autores seguem a linha autoritária que abordamos, no período final da Primeira República.

2 ALBERTO TORRES: ORGANIZADOR DO ESTADO E DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO BRASILEIRO

Florestan Fernandes argumenta que, durante o período monárquico, o interesse das elites na formação da intelectualidade brasileira, em especial no ensino superior, teve como principal interesse o desenvolvimento de uma coletividade capaz de ocupar funções administrativas e políticas (FERNANDES, 1977). Além disso, a intelectualidade daquele período criou uma consciência de ser não apenas a extensão do Império, mas também uma orientadora do povo e a formadora de uma consciência nacional (PÈCAUT, 1990).

Ainda no século XIX, ocorreu a formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros pela monarquia, que teve como empenho a formulação de uma visão homogênea sobre a história e a sociedade (SCHWARCZ, 1993, LYNCH, 2013). Com o advento da república e os conflitos políticos de seus primeiros anos, como a Revolta Militar da Armada, a Guerra Sertaneja de Canudos e o início da chamada “política dos governadores” com Campos Sales, a ênfase no desenvolvimento histórico e sociológico oficial mudou, impulsionando uma visão mais pessimista e crítica da sociedade brasileira ou mesmo distanciando muitos intelectuais das questões políticas, em sua maioria antigos entusiastas do regime republicano (SCHWARCZ, 1993, SEVCENKO, 1999).

Por meio de textos como *Os Sertões* e *Da Independência à República* de Euclides da Cunha, ocorre o diagnóstico de um Brasil dividido (*dois Brasis*), atrasado e de má

2016, p. 75). Para um levantamento mais detalhado, consultar as tabelas apresentadas pelo autor com as produções no campo do PPB de 1961 a 2015 no mesmo texto.

⁸ Para uma discussão do “Estado da arte” atual sobre os estudos do Pensamento Político Brasileiro, ver LYNCH, 2016.

formação social e política, principalmente nas camadas populares (SANTOS, 2017). Junto a esses diagnósticos negativos a respeito da sociedade brasileira, nos campos da sociologia, história, etnografia e dos estudos raciais, muitos foram acompanhados por propostas e projetos que tinham como objetivo solucionar os males apontados em perspectivas técnicas, objetivas e que dialogassem com uma “realidade nacional”. Segundo Lynch, eram também tentativas da superação de uma posição periférica do Brasil não só política e economicamente, mas também intelectualmente, maneiras de sermos introduzidos na universalidade dos povos (LYNCH, 2013).

Alberto Torres (1865-1917) fez parte dessa geração de intelectuais⁹ de direita, junto a nomes como Euclides da Cunha e Silvio Romero, porém foi possivelmente o primeiro a propor de maneira mais organizada e lógica um novo modelo institucional e político, tendo sido o “precursor inconteste dos pensadores autoritários de todas as tendências” (PÈCAUT, 1990, p.25).

Político, advogado, juiz, escritor e tradutor, Torres era oriundo de uma família de classe média carioca de Porto das Caixas, local posteriormente incluído no Município de São João de Itaboraí. Cursou Direito em São Paulo e Recife. Em seu período de juventude, participou dos movimentos Abolicionista e Republicano, junto com figuras históricas como Silva Jardim, sendo Alberto Torres um dos poucos civis que caminhou ao lado das tropas militares na Proclamação da República. Foi Deputado Federal, ainda na monarquia, e, durante a República, foi Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores (1896), Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1909) (LIMA SOBRINHO, 1968, TORRES, 1978b).

Como Presidente do Estado do Rio de Janeiro, segundo Lima Sobrinho, Torres presenciou de maneira mais direta os problemas que viu posteriormente no modelo republicano e na Constituição de 1891 (LIMA SOBRINHO, 1968). Um dos momentos de maior tensão para sua carreira pública foi com o caso da cidade de Campos em 1897, quando ocorreu a formação de duas câmaras municipais, em consequência dos conflitos políticos locais. Esse acontecimento gerou uma série de embates entre o poder judiciário e o legislativo, que colocaram Torres em conflito direto com o segundo. Tendo dificuldade em

⁹ Com um recorte territorial mais específico do Rio de Janeiro, Maria Fernanda Lombardi Fernandes localiza Torres dentro do chamado pensamento Fluminense, o qual continha muitos traços do período monárquico e da cultura agrária frente ao processo de urbanização, apontando que Torres, junto com autores como Oliveira Viana, via principalmente o regime escravista com certa nostalgia, e como ponto de organização do trabalho e que “sem ela, nada se colocou no lugar e houve a desestruturação completa da produção” (FERNANDES, 2007, p.289).

achar uma solução definitiva para o conflito, o então presidente do estado do Rio de Janeiro quase sofreu um processo de impeachment (LIMA SOBRINHO, 1968).

Aposentando-se da vida pública em 1909, Alberto Torres se dedicou a atuar como escritor e jornalista, ofício que já realizava desde 1907, quando começou a escrever para o jornal *O País* (LIMA SOBRINHO, 1968). A atividade de produção de textos jornalísticos segundo Nicolau Sevcenko foi um dos motivos que trouxeram os intelectuais do início do século XX de volta para o debate político, dado que os primeiros anos da Primeira República haviam distanciado muitos pensadores das questões envolvendo os problemas nacionais (SEVCENKO, 1999).

Seus dois principais textos¹⁰ *A Organização Nacional* e *O Problema Nacional Brasileiro*, foram fruto de artigos desenvolvidos nos períodos de trabalho no *Jornal do Comércio* e na *Gazeta de Notícias*, entre 1910 e 1912, assim como trechos de discursos no Instituto Histórico (LIMA SOBRINHO, 1968). No caso de *A Organização Nacional*, os textos de Torres partiram de um manifesto em resposta à candidatura de Hermes da Fonseca para a presidência do Brasil (LIMA SOBRINHO, 1968).

Em *O Problema Nacional Brasileiro*, Torres realiza uma abordagem histórica e sociológica a respeito do Brasil, desde o momento de sua colonização. O autor parte da situação da República no início do século XX, observando de maneira crítica as disputas oligárquicas e regionais, fruto de um modelo político que sintetiza como um “mecanismo alheio à sociedade, perturbador da sua ordem, contrário a seu progresso.” (TORRES, 1978a, p.88).

Em uma perspectiva histórica, os problemas da nação eram oriundos da ausência de *nacionalidade* concreta, pouco desenvolvida pelas elites políticas (TORRES, 1978a). Isso fez com que a sociedade brasileira ainda reproduzisse problemas formados durante o período colonial (TORRES, 1978a).

Ele assim detalhou esse fato:

As nações surgidas por descobrimento e formadas por colonização são *improvistas* sociais do acaso, ou de fatos excepcionais do progresso. Se fosse possível conceber que os governos metropolitanos ou as camadas colonizadoras transplantassem para as suas novas possessões a *estrutura e organização* das metrópoles, poder-se-ia, também admitir que as colônias teriam prolongado sobre os novos territórios os organismos das sociedades metropolitanas integradas [...] Governos Coloniais e colonizadores fazem

¹⁰ Suas duas primeiras obras são os livros *Vers La Paix* (1909), no qual realiza discussões a respeito da paz e a crítica ao militarismo mundial crescente, fruto de sua viagem à França em 1907 e das convenções de Haia, e *Le Problème Mondial* (1913), seguindo as discussões a respeito da paz universal e os problemas para alcançar a sua realização (LIMA SOBRINHO, 1968).

invasões e conquistas: não fundam nações; são exploradores: não são sócios (TORRES, 1978a, p.42)

Os frutos da situação colonial resultaram em uma profunda falta de sentido nacional e uma elaboração defeituosa da ideia de nação, pois os interesses na colonização de um território não seriam a sua formação como igual ao país da metrópole, e sim a sua exploração. Isso, para Torres, explicaria o estado de “anarquia” em que o país se encontrava. Nesse sentido, a ideia de *Anarquia* contém dois significados para Torres: Anarquia no sentido clássico de desordem política e institucional; assim como uma alusão ao movimento anarquista, de forte presença no Rio de Janeiro naquele período, e que era responsável segundo Torres por influenciar negativamente uma população infantilóide, fator que veremos com mais detalhes adiante.

Essa formação desorganizada foi agravada pela elaboração, por parte das elites dirigentes, de modelos políticos e econômicos de fora e estranhos à realidade nacional, como o liberalismo¹¹, o socialismo e a tentativa da implantação de uma indústria urbana mais coesa, ainda pouco desenvolvida no início do século XX (TORRES, 1978a). A crítica à industrialização do Brasil por parte de Torres vinha de sua convicção de que o destino do país residia na agricultura e “toda a ação que tendesse a desviá-lo desse destino seria um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos” (TORRES, 1978a, p.101). Suas posições demonstravam uma visão que ia contra os modelos econômicos dos países europeus, ou seja, um liberalismo focado na acumulação de capital pela indústria ou a visão socialista de desenvolvimento. Esse ponto em especial foi muito forte em setores da intelectualidade conservadora brasileira, até o fim da Segunda Guerra Mundial, que tiveram sua influência principal em Torres¹².

¹¹ A visão liberal que Torres criticou, além daquela de caráter doutrinário, era oriunda dos políticos e intelectuais defensores da implantação da indústria no Brasil, sendo um de seus maiores expoentes naquele período o político baiano Ruy Barbosa, que foi Ministro da Fazenda de 1889 a 1891. Sua concepção, que também defendeu quando disputou a presidência contra Hermes da Fonseca, era o incentivo à indústria por via de subsídios do governo e taxação de bens importados para estimular a produção interna, o que gerou críticas pelos políticos e intelectuais defensores do setor agrícola. Barbosa também foi um dos principais críticos do caráter centralizador do período monárquico, vendo este como um obstáculo para implantação do federalismo (CARONE, 1970, LYNCH, 2016).

¹² Dois expoentes dessas perspectivas foram a intelectualidade católica, reunida em torno da revista *A Ordem*, especialmente durante a década de 1930 e 1940, e o movimento Integralista. Ambos os grupos tinham nas críticas ao projeto político apresentado por Alberto Torres um de seus pilares (TRINDADE, 1974). Na perspectiva deste artigo, optamos por não abordar os intelectuais católicos da revista *A Ordem* daquele período, pois a questão da religiosidade não era um elemento importante para o ideal de Estado dos autores que abordamos, apesar da fé católica de intelectuais como Oliveira Viana e Alceu Amoroso Lima, pois a visão científica e técnica era predominante em suas análises do fim da Primeira República (CARVALHO, 1991, LAMOUNIER, 2006). Em relação ao Integralismo, apesar da profunda influência que Plínio Salgado tinha dos intelectuais como o próprio Torres e Oliveira Viana, presentes em muitos de seus ensaios da década de 1920 (SALGADO, 1956), a concepção posterior de um movimento de massas que mobilizou a sociedade civil, ia à

A abordagem contida em *O Problema Nacional Brasileiro* parte do contexto de crítica social conservadora, apresentada no início desta parte, a qual Torres formula com o peso de sua experiência política e institucional no período republicano. Sua visão a respeito da questão racial (SCHWARCZ, 1993) foi um elemento que o diferenciou de outros intelectuais daquele período, junto com autores como Manuel Bonfim. Enquanto a maioria da intelectualidade brasileira tinha forte influência nos estudos raciais, como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, o autor observava essa questão em uma perspectiva mais influenciada pela antropologia cultural norte-americana, de autores como Franz Boas, do qual foi o primeiro tradutor de suas obras (TORRES, 1978a, LIMA SOBRINHO, 1968). Mesmo com o saudosismo ao modelo escravista, o autor argumentava que “poucos serão, em nosso país, os que sintam repugnância ou desprezo pelo negro e pelo índio” (TORRES, 1978a, p.30 e 31). Torres fazia críticas aos estudos raciais, apontando um “cientismo tendencioso” de autores como Gobineau, Malthus e Vacher de Lapouge, pela sua tentativa de edificar os povos europeus acima dos outros, não levando em conta a perspectiva histórica de civilizações mais antigas e importantes, baseando-se nos estudos dos egíptólogos do período (TORRES, 1978a). No caso brasileiro, o autor inclusive dizia ser o negro a raça mais adepta à nossa realidade, uma possível influência do pensamento positivista do final do século XIX, muito forte no imaginário político das elites brasileiras (CARVALHO, 1993). Em certa medida, o autor parece adiantar alguns pressupostos de autores como Gilberto Freyre, não só pela influência de Franz Boas, assim como não detectando na questão racial um problema de caráter de essência dos males nacionais¹³.

Mas e quanto a um projeto para sanar os males da falta de uma nacionalidade concreta? Em *A Organização Nacional*, Torres apresenta um extenso projeto de reformas, mais adequado para a realidade brasileira. O autor utilizou como base a própria Constituição de 1891 e propôs várias modificações jurídicas, centralizando o corpo do Estado brasileiro e aumentando o alcance de sua ação por todo o território e a sociedade. O principal motivo para essas reformas seria a influência que os políticos brasileiros tiveram

contramão desses autores no período abordado, em especial pela ideia de uma organização a partir do Estado e a sua necessidade para a formação do povo (TRINDADE, 1974, LAMOUNIER, 2006).

¹³ É importante frisarmos que a não adoção dos preceitos dos estudos raciais, tanto por Torres como por Freyre, não elimina a presença de perspectivas racistas nestes autores. No caso de Freyre, a partir de Florestan Fernandes, são vastos os apontamentos sobre sua negação do racismo na sociedade brasileira e a convivência com uma perspectiva mais conservadora de estruturas sociais que não apresentariam a discriminação e a exclusão histórica das camadas sociais mais baixas, advindas dos descendentes de escravizados (FERNANDES, 2021).

do liberalismo, durante a elaboração da constituição, como dito anteriormente, focando em uma descentralização e no enfraquecimento da autoridade no Brasil, ainda com uma nacionalidade fraca, o que teria levado à desordem na qual o país se encontrava (TORRES, 1978a).

Um exemplo dessa sua perspectiva seria a respeito do Artigo 6º da Constituição de 1891, que restringia o exercício do Governo Federal dentro dos estados, limitando sua atuação a possíveis ameaças ao Estado e à soberania nacional (BRASIL, 1891 Apud: Torres, 1978b). O artigo, muito influenciado pelos textos jurídicos das constituições norte-americana, suíça e argentina (CARONE, 1970) será invertido por Torres, colocando nele os fatores pelos quais o Estado deveria intervir nas “províncias”, termo que o autor retoma do período monárquico, que na Primeira República foi substituído pela divisão estatal (TORRES, 1978b).

O projeto de Estado que o autor apresenta, por meio das reformas, necessitaria ser executado por uma nova elite intelectual, formada pelo próprio Estado, e que o transmitiria para o resto da população (TORRES, 1978b). Segundo Edison Bariani, Torres propôs a criação de uma nacionalidade para o Brasil mais alinhada com os interesses de reorganização política e social, sendo imposta artificialmente pela “convicção racional” do grupo dirigente (BARIANI, 2007). Com isso, seria dado início ao que Bariani classifica como um Estado *Demiurgo*, aquele que constitui a si próprio e ao cidadão, ao mesmo tempo em que realiza a sua manutenção na estrutura da sociedade (BARIANI, 2007).

Para dar cabo deste processo, Alberto Torres propôs a criação de um *Poder Coordenador*, novo órgão formado por vinte indivíduos eleitos pelos outros poderes, tendo mandato vitalício. O *Poder Coordenador*, diferentemente do *Poder Moderador* da Monarquia, que tinha uma função mais anulatória, teria como objetivo supervisionar as práticas dos outros órgãos, com base na constituição, repreendendo e proibindo ações que fugissem do novo modelo institucional (TORRES, 1978b).

Torres explica o porquê da seleção de um grupo dirigente para a prática política:

As emendas propostas neste estudo contêm uma forma de escolha que parece conciliar o regime representativo com os interesses permanentes e contínuos da sociedade, fazendo seleção das capacidades. O governo só pode ser função de capazes, e a capacidade governamental é uma das mais raras (TORRES, 1978b, p.250).

Acompanhado de suas propostas para a reformulação política, o autor traz como ponto importante a “função de capazes” para a direção do Estado, ou seja, uma elite dirigente que é seleta devido à raridade em se encontrar sujeitos com tal capacidade.

Só que estes “capazes” não poderiam partir dos intelectuais e políticos dentro da situação política da Primeira República, pelo menos não no estágio presente, pois os primeiros estariam sozinhos em suas próprias retóricas e discussões que não se encaixavam na realidade brasileira, enquanto os segundos estavam preocupados com os embates oligárquicos e regionais (BARIANI, 2007, REZENDE, 2000b).

Torres traz com mais detalhes a função intelectual perante os políticos da Primeira República, ao discutir sobre a coesão nacional

A tendência dos grupos que se apossam do poder é exclusivista e eliminadora: as ambições crescem na razão direta da força conquistada; o círculo dos interesses privados e simpatias pessoais procura cerrar-se. Os homens capazes – em regra tímidos e brioso – evitam confundir-se na massa dos assaltantes das posições... É preciso que as personalidades dominantes exerçam um grande e permanente esforço por se emancipar do círculo que tende a encerrá-las, evitando o escolho de formar novos círculos, e procurando apagar, se possível for, toda a linha da circunferência. É indispensável que elas ponham em ação todos os recursos de tato, toda a largueza da alma, todo o respeito pelo brio e pelo valor alheios, a fim de dissipar prevenções e atrair a colaboração dos elementos úteis de todos os matizes (TORRES, 1978b, p.95/96).

Torna-se fundamental que a classe intelectual já capacitada para a atividade nacional fique na frente dos grupos políticos, que estariam mais investidos no acúmulo de poder para o seu interesse e o da fração que participam, como comentamos acima. Para a execução do projeto proposto por Torres de um país unificado, dividido em corporações e classes e com ações objetivas e pragmáticas, um dos primeiros passos seria a coesão dos intelectuais.

Em seu modelo de Estado, Alberto Torres destina à classe intelectual mais uma função: a tutela das classes populares. Para o autor, este seria o fator primordial para libertar a população da ignorância e da incapacidade política, que a falta de instrução gerava (TORRES, 1978b). Além disso, a tutela era necessária para livrar as classes populares da influência negativa de lideranças ou organizações políticas socialistas e anarquistas que as mobilizaram em certas ocasiões durante a Primeira República. Para Lamounier, esses seriam os conceitos da “não-organização da sociedade civil” e a “não-mobilização política”, elemento essencial da *Ideologia de Estado* (LAMOUNIER, 2006). Isto é bem resumido por Torres quando o autor atribui às classes populares nomenclaturas



como “polichinelo político” ou “maiorias inconscientes”, dado o fato de nunca terem sido desenvolvidas intelectualmente pelo Estado (TORRES, 1978a, 1978b)¹⁴.

Torres explana melhor a posição das classes populares em *O Problema Nacional Brasileiro*, quando discorre sobre a influência que filósofos como Rousseau e Marx teriam em organizações políticas que pretendiam mobilizar a população.

Os povos têm sido moldados à imagem e semelhança de seus chefes, de seus padres e de seus sábios. [...] É erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a responsabilidade dos desvios da evolução e esperar deles a iniciativa de reformas e movimentos reparadores. *O corpo alimenta; não inspira, nem dirige, o cérebro.* (TORRES, 1978a, p.116/117) (grifo nosso).

O povo visto como uma coletividade passiva, receptor dos discursos e práticas das autoridades vigentes marca uma das preocupações de seu projeto nacional de caráter autoritário, mobilizado por um grupo intelectual seletivo. A analogia ao corpo é um elemento comum dos pensadores desse período, usada como uma ferramenta para a atribuição de diagnósticos sociais e sua possível “cura”¹⁵.

Em 29 de março de 1917, Alberto Torres faleceu, vítima de um câncer (LIMA SOBRINHO, 1968). Nos primeiros anos após sua morte, suas obras não pareceram ter despertado muito interesse ou influência, sendo reconhecido seu impacto nos círculos intelectuais e políticos pós-1930 (OLIVEIRA, 1980)¹⁶. Mas como veremos a seguir, o lastro dessa perspectiva autoritária já está presente em vários autores, que elaboraram novas perspectivas, a partir de suas obras.

3 ANTROPOLOGIA HISTÓRICA, RAÇA E SOLUÇÕES CORPORATIVAS EM OLIVEIRA VIANA

¹⁴ Em matéria ao jornal *O País*, Torres já havia relatado aspectos dessa visão em artigo publicado no dia 3 de maio de 1907 a respeito da educação brasileira, que pelo descaso, acabou por formar três camadas na sociedade: “Os analfabetos, os bacharéis e doutores (sic) e a grande massa de indivíduos de preparo falho, que sabem, por memória, meia dúzia de noções sobre várias coisas, inaptos para a vida e para as profissões” (TORRES apud LIMA SOBRINHO, 1968, p.263).

¹⁵ No mesmo período, em uma perspectiva oposta, o intelectual pernambucano Manoel Bonfim utiliza a analogia médica para explicar o que ele chama de “parasitismo das elites” ibéricas, a principal fonte do atraso dos países latino-americanos (BONFIM, 2008). O autor foi um dos poucos críticos dos estudos raciais no início do século XX e de uma suposta ignorância imanente das classes populares, vendo na educação pública uma fonte de mudança social (BONFIM, 2008).

¹⁶ Exemplo desses acontecimentos é a publicação de obras como *As Ideias de Alberto Torres* de Alcides Gentil em 1932 e *Alberto Torres e sua Obra* de A. Saboia Lima e ainda, em 1932, a fundação no Rio de Janeiro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, voltada para os estudos de sua obra, na tentativa de contribuir para as reformas políticas e jurídicas visadas pelos intelectuais de caráter autoritário. Entre os 50 membros fundadores se encontravam nomes como Oliveira VIANA, Plínio Salgado e Juarez Távora (LIMA SOBRINHO, 1968).

Já na década de 1920, houve intelectuais que, com base principalmente nas obras de Alberto Torres e de outros autores nacionais e estrangeiros da virada do século, manifestaram análises críticas sobre as estruturas políticas da Primeira República, especialmente em suas discussões sobre a incapacidade política e social da população brasileira, a carência de uma formação tecnocrata e objetiva das elites e a transformação da sociedade brasileira, por meio de extensas reformas políticas de cunho centralizador e autoritário, como discutimos anteriormente.

Um dos primeiros intelectuais do contexto pós-Alberto Torres foi o também carioca Oliveira Viana, pensador muito presente nos debates sobre as mudanças sociais brasileiras, especialmente na questão organizacional do Estado, durante a primeira metade do século XX. Especialmente a partir da década de 1930, o autor desenvolveu o diálogo com figuras do governo provisório, pela sua bagagem teórica sobre o corporativismo estatal, sendo inclusive consultor jurídico do Ministério do Trabalho e tendo elaborado uma nova constituição em 1932, a pedido do militar e interventor Juarez Távora (VIANA, 1974).

A influência de Torres pode ser elucidada no prefácio feito por Viana na obra de Alcides Gentil *As ideias de Alberto Torres*, de 1932. Mesmo admitindo não ter sido um de seus seguidores mais literais, Viana aponta o peso do autor nas discussões políticas brasileiras

Este livro é um livro oportuno. Chega no momento em que a desorientação dos espíritos está pedindo um pensamento diretor, uma palavra de ordem. Torres é pouco conhecido, ainda entre os que leem e pensam entre nós. Pela inacessibilidade da sua obra, só uma pequena minoria o pode ler. Pela complexidade da sua concepção social e filosófica, só uma minoria ainda mais reduzida o pode compreender (VIANA apud GENTIL, 1932, p.V).

Viana atribui a continuação da desordem política à ausência de um “pensamento diretor” na sociedade brasileira. E argumentando sobre a complexidade dos textos de Alberto Torres, ele enfatiza o conceito de um grupo escolhido, apto para entender as ideias do autor, retornando o conceito de uma elite instruída e capaz, como discutimos anteriormente.

Porém, mesmo com a influência de Torres, Oliveira Viana se distinguiu deste em referência a suas observações a respeito da Primeira República¹⁷. Nos textos *Problemas*

¹⁷ Outra figura de notável influência no pensamento do autor foi a figura do Visconde do Uruguai, um dos pioneiros da perspectiva intelectual de centralização do Estado brasileiro no século XIX (PÈCAUT, 1990, CARVALHO, 1991). Segundo José Murilo de Carvalho a respeito das influências do autor e a linha autoritária do século XIX: “Se nem sempre era reconhecida a procedência “uruguaia” de todas essas teses, não há

de Política Objetiva e O Idealismo da Constituição, Viana aproximou-se das discussões de Torres, mas acrescentou outros elementos e observou questões diagnósticas dos problemas nacionais de uma maneira diferente.

Por exemplo, em sua discussão sobre o texto jurídico de 1891, o autor não relaciona os seus problemas exclusivamente à ineficiência da constituição para a ação política brasileira. Viana ao discutir a influência estrangeira em sua escrita, observa que ela criou problemas na desorganização nacional por almejar uma sociedade mais desenvolvida nos padrões dos povos anglo-saxões, fonte principal de inspiração (VIANA, 1974). Mas, diferentemente de Torres, para o autor os povos anglo-saxões não poderiam ser a base constitucional apenas por serem de uma realidade política distinta. Para Viana, os anseios dos elaboradores da Constituição de 1891 previam alguns elementos ausentes em nossa sociedade, em especial uma opinião pública organizada e que representasse classes distintas (VIANA, 1939). Não só a ausência de uma sociedade civil organizada era uma lacuna de cunho moral, na falta de organizações civis, como um problema racial, oriundo de nossas características biológicas inferiores, o que fariam elementos do liberalismo, como o sufrágio universal, pouco viáveis na sociedade brasileira do início do século XX (VIANA, 1939).

Viana argumenta sobre os elementos psicossociais de cada povo, aludindo ao debate apresentado por Luiz Werneck Vianna como a via Ibérica de projeto ideal da sociedade brasileira, mais alinhada com uma concepção organicista, comunitária, patrimonial e centralizada (VIANA, 1991). Como ponto de antagonismo intelectual, a vertente “americanista”, defendida principalmente por Tavares Bastos e muito influente na composição do regime político da Primeira República, apresentava uma via de mudança nacional mais vinculada com a modernização burguesa, de construção de direitos individuais e capitalista ao modelo europeu, expresso em reformas políticas, introdução de imigrantes de países avançados etc (VIANA, 1991). É interessante que Viana, mesmo defensor de uma via ibérica, também não traz esse modelo integralmente. Por exemplo, o caráter caudilhista e patrimonial, era apontado por ele como um problema que refletia a

dúvida de que Oliveira Viana conhecia bem o *Ensaio* e o citava com frequência, especialmente quando se tratava de interpretar a política imperial. Em suas constantes acusações ao idealismo utópico das elites, havia sempre lugar para exceções, para os idealistas orgânicos, entre os quais se incluía. Os nomes desses idealistas estão registrados em *Populações Meridionais, O idealismo da Constituição e Problemas de Organização e Problemas de Direção*. São gente como Olinda, Feijó, Paraná, Vasconcelos, Uruguai, Euzébio, Itaboraí e Caxias. Com a exceção de Feijó, que, no entanto, era um autoritário, temos aí a fina flor do conservadorismo imperial, dos construtores da ordem monárquica. Oliveira Viana, os chamava de conservadores autoritários, de reacionários audazes dotados de uma quase volúpia pela impopularidade” (CARVALHO, 1991, p. 87).



Primeira República, pelas disputas oligárquicas e a fragmentação da sociedade, incidindo aí a necessidade de um Estado autoritário com o propósito de sanar essas partes negativas de nossa tradição ibérica e com isso futuramente instrumentalizar-se para a sociedade moderna e liberal (VIANA, 1991), como comentados na introdução.

Sobre a disparidade de realidades, Oliveira Viana analisa o âmbito civil, e o compara com o corpo jurídico de 1891

Ora, essas qualidades cívicas – qualidades de “animal político” – tão fundamentais e eficientes nos povos anglo-saxões, cujas constituições políticas andamos a copiar, não existem em nosso povo. Corrijamos em tempo: existem, mas em estado rudimentaríssimo, sem nenhuma capacidade normativa e orientadora. Nem as circunstâncias da nossa formação histórica permitiram que as adquiríssemos; nem os povos de cujo caldeamento proviemos as possuíam com força bastante para nô-las transmitirem (VIANA, 1974, p.41).

Se existe algo próximo dos elementos cívicos nas classes populares brasileiras comparadas às anglo-saxônicas, como o texto da Constituição parece evocar, elas estariam em um estágio muito bruto e distante de ser polido para ser aplicado.

A respeito dos grupos dirigentes, Viana cita as tentativas de emancipação política da região acreana e do Triângulo Mineiro na década de 1910. Os dois exemplos eram para o autor o modelo perfeito do péssimo preparo das elites, dado o foco nas questões de liberdade e autonomia, que não condizem com a realidade brasileira, demonstrando “o grau de dissociação a que havia chegado, pela força desintegradora do regime federativo, a nossa consciência política nacional” (VIANA, 1974, p.82). Então, convergindo com Torres, seria a formação das elites pelo Estado, graduada em questões técnicas, objetivas e morais, ao invés de retóricas parlamentares, a alternativa ideal para solucionar as questões políticas descentralizadas (VIANA, 1939, CARVALHO, 1991, REZENDE, 2000a).

Para entender com mais detalhes a formação das classes populares brasileiras e sua total incapacidade política para sua autonomia, Oliveira Viana realiza outro estudo que parte de pontos distintos de Alberto Torres. Em *Populações Meridionais do Brasil* publicado em 1920, o autor tenta encontrar as particularidades da população brasileira, da colonização até o fim do império. Para isso, Viana recorre à antropologia, à sociologia e aos estudos raciais (VIANA, 1973). Estes últimos serão um fator essencial em sua análise, ao classificar não só a população em três grupos distintos, o Sertanejo (Norte), o Matuto (Centro-sul) e o Gaúcho (Extremo-sul), como também classificar os estratos sociais e raciais (VIANA, 1973). Para ele, as elites rurais do centro-sul seriam as mais aptas para a direção nacional, por causa do seu estabelecimento político ao longo dos séculos e sua



capacidade de manter sua raça “pura” por um longo período (VIANA, 1973, VIANA, 1991). Porém, a República trouxe a quebra do Estado brasileiro, devido às ilusões e à tendência a copiar os modelos políticos de outros países, a exemplo do liberalismo, que encantou setores políticos brasileiros depois da independência (VIANA, 1991, PIVA, 2000). Então, observamos em Viana uma posição mais amistosa ao legado monarquista e à influência ibérica na formação brasileira, pela via racial e da formação de nossa mentalidade “ibérica”, ao passo que Torres, como discutimos anteriormente, atribuía ao processo histórico da colonização portuguesa um dos principais responsáveis pela desordem social e política brasileira.

Comparando novamente os povos estrangeiros com o brasileiro, Viana aponta a sua solução corporativista:

Mesmo hoje, essa grande e patriótica aspiração dos nossos maiores é ainda um alto ideal, sobreparente nas camadas superiores da nacionalidade. Não desceu ainda, nítido e lúcido, até o seio do povo: nos campos, nas cidades, nos litorais, nos sertões. Não se fez ainda um grande ideal coletivo, em torno do qual gravitem as energias nacionais numa polaridade espontânea e consciente, como acontece com o inglês, o alemão, o francês, o americano, o japonês, ou o romano antigo – povos na subconsciência de cuja psique coletiva lateja e freme uma sorte de pressentimento místico da função do Estado como órgão supremo de uma grande missão nacional.

(...)

Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional (VIANA, 1973, p.259) (Grifo do autor).

As transformações da sociedade necessitam começar pela transição do Estado para a centralização autoritária, realizando, dessa maneira, em um processo longo e contínuo, a conscientização das camadas baixas. Assim, o Estado se transformará em um elemento intrínseco, protegido de tentativas de descentralização ou revoluções políticas.

Como apontamos anteriormente, Viana foi figura constante no cotidiano político e intelectual brasileiro, principalmente com os acontecimentos de 1930, em especial com a ditadura do Estado Novo, em 1937. Não só fora requisitado para apontamentos constitucionais como foi também consultor jurídico do Ministério do Trabalho, durante o período getulista, advogando pela tutela dos Sindicatos pelo Estado, e seu uso como instrumento pedagógico para a consciência nacional (CARVALHO, 1991, SILVA, 2009). Mesmo tendo revisado posteriormente as suas perspectivas raciais da década de 1920, Viana continuou por muito tempo um defensor desta abordagem, tendo publicado em 1932 a obra *Raça e Assimilação*, em resposta aos trabalhos de cientistas sociais como Roquete-



Pinto e Arthur Ramos, os quais não partiam da perspectiva racial para estudar a sociedade brasileira (RAMOS, 2003).

4 À MARGEM DA HISTÓRIA DA REPÚBLICA: CONVERGÊNCIAS DA JOVEM INTELECTUALIDADE AUTORITÁRIA

O seguir da década de 1920 na sociedade brasileira marcou um período de instabilidade que atingiu diferentes campos. Na perspectiva econômica, o fim da Primeira Guerra aumentou o fator da carestia, uma questão já cara para o movimento operário das metrópoles (ADDOR, 2015, LOPREATO, 1996). Segundo Boris Fausto, em 1924 ocorreu um aumento de 17% no custo geral da vida do brasileiro, o maior da Primeira República (FAUSTO, 1997). Na cultura, ocorre em São Paulo a Semana de Arte Moderna de 1922, quando diversos artistas, poetas, escritores e críticos literários apresentaram uma abordagem crítica sobre o Brasil que estava sendo construída lentamente, desde os anos de 1870 (VELLOSO, 2008). Nas questões políticas, as revoltas militares iniciadas em 1922 com o levante de Realengo e do Forte de Copacabana deixavam a vista indignações de várias frações da juventude militar com a situação política nacional (CARVALHO, 2005, MUNDIM, 2008, TÁVORA, 1973). No final do governo de Epitácio Pessoa, ocorreu a implantação de um Estado de Sítio que se estenderia até 1927, perpetrado pelo mandato de Arthur Bernardes, pivô das revoltas tenentistas devido às supostas cartas nas quais criticava a corporação militar (CARVALHO, 2005, MUNDIM, 2008, TÁVORA, 1973). Essa medida serviu não só para a perseguição dos militares durante o período da coluna Miguel Costa-Prestes, mas foi um dispositivo do aumento da perseguição do Estado contra o movimento operário, por meio de prisões, deportações e envio de militantes para prisões penais, como a de Clevelândia.

Então, para alguns jovens intelectuais conservadores, o diagnóstico crítico e pessimista de Alberto Torres e Oliveira Viana parecia cada vez mais certo, e suas proposições autoritárias eram a base ideal para discutir o futuro brasileiro.

No ano de 1924, é publicada a obra *À margem da História da República*, organizada por Vicente Licínio Cardoso. O livro teve como objetivo geral a realização de um balanço crítico da Primeira República, abordando temáticas diversas. Foi escrito por 12 colaboradores, majoritariamente bacharéis em direito, excluindo Cardoso, que era engenheiro civil, os quais expuseram suas análises dos então 35 anos de experiência republicana no Brasil (CARDOSO, 1981a)



No prefácio, Cardoso apresenta os autores dos textos, elencando-os como sujeitos únicos, pois não há “chefes, diretores ou empresários. Todos são senhores de suas responsabilidades, de suas crenças e de suas opiniões” (CARDOSO, 1981a, p.15). Mesmo assim, existe uma série de fatores que os conectam

Reunidos, representam, porém, uma geração de homens: a geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois: não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços: são, pois, republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo, fizeram viver, em suma, as suas próprias idéias (CARDOSO, 1981a, p.15/16).

E, seguindo, realiza uma conexão destes no campo intelectual

Agrupados, apresentam todos uma característica em comum: não estão presos a nenhuma escola europeia, ou filiados a nenhum sistema importado. Leram Spencer, Comte, Le Play, Karl Marx e outros, mas contrariamente aos predecessores da geração passada, não são ortodoxos. Leram e admiraram, por outro lado, o nosso Alberto Torres, mas nenhum se intitula seu discípulo. Descobriram-no de *per si*, isoladamente, cada um a seu tempo. E quando se encontraram na vida, verificaram todos que tinham um ascendente espiritual comum. Meditaram em suma sobre a obra daquele nosso pensador político que não havia sido nem mesmo lida com atenção pela geração que os precedera. São brasileiros: pensam, pois, como brasileiros, americanos, latinos e tropicais (CARDOSO, 1981a, p.16).

Analizando as questões apresentadas por Cardoso, podemos discorrer a respeito de algumas coisas. Primeiramente, todos os autores cresceram e amadureceram política e intelectualmente no ambiente da Primeira República, o que dá um fator de experiência com a sociedade brasileira do período. Em segundo lugar, não “herdaram títulos, nem cargos, nem comissões” uma exaltação de uma posição de próprio mérito no setor das profissões liberais e muito comum no discurso das Classes Médias, local de origem de muitos intelectuais do período (PÉCAUT, 1990, TEIXEIRA, 2007).

E, por último, o não agarramento a um modelo intelectual estrangeiro, mesmo com sua influência por meio de autores variados, parece-nos uma declaração de um grupo distinto, que divergia da geração do final do século XIX, orgulhosa da referência aos modelos intelectuais europeus, como o positivismo ou o liberalismo. Nesse âmbito, vemos a influência declarada de Alberto Torres como uma espécie de ponto de convergência e de frescor intelectual, dados os poucos anos de suas obras mais importantes, que discutimos anteriormente.



Selecionamos para a discussão alguns dos 13 pequenos textos¹⁸ contidos na obra, em especial aqueles que trazem conteúdos que se assimilam às perspectivas autoritárias discutidas até o momento. Com eles, poderemos entender o desenvolvimento dessa vertente autoritária específica na última década do regime republicano.

No texto de abertura, *Os deveres da nova geração*, A. Carneiro Leão percorre sobre alguns pontos necessários para o desenvolvimento de uma nacionalidade consciente. Propondo a formação da nação “por dentro”, longe das influências de fora, Leão descreve em sua perspectiva a população brasileira da Primeira República, ponto comum entre os autores da coletânea

Um povo retardatário, doente, mal organizado, de péssimas finanças, vida econômica perturbada, cultura diminuta, lentidão de trabalho, atraso social, parasitismo político, não só desorganiza as suas relações no exterior, mas cria uma vida nacional deficiente, anárquica, pobre, senão mais ou menos servil e periclitante (LEÃO, 1981a, p.19).

Mesmo refletindo as observações da intelectualidade autoritária do período, observamos que o autor utiliza adjetivos fortes para representar os fatores negativos que observa nas classes populares. Para o autor, teria sido o fim do sistema escravista o principal responsável pela instabilidade social que levou a população ao estado que se encontrava, convergindo em certo sentido com os apontamentos de Torres.

A solução para esses problemas seria, na visão do autor, um processo educacional amplo, exercitando a geração de intelectuais que emergiram do período, já que “não obstante todos os vícios reinantes, começa a soprar um vento de renovação. Na geração atual, parece haver elementos que se preocupam das coisas nacionais, com seriedade e afinco” (LEÃO, 1981a, p.22), questão que prioriza a ideia central do aparecimento de uma nova coletividade intelectual, que observa os problemas em uma nova perspectiva. É interessante notar como a influência que os autores que comentamos anteriormente está explicitada, já que a geração da Primeira República tem se formado sobre preceitos intelectuais diferentes das anteriores.

Complementando esse argumento sob um viés histórico, o capítulo de Gilberto Amado, *As instituições Políticas e o Meio Social no Brasil*, empenha-se em um balanço

¹⁸ Os textos contidos na obra e seus respectivos autores são: *Os deveres da Nova Geração* de A. Carneiro Leão; *Evolução do Pensamento Republicano no Brasil* de Celso Vieira; *As Instituições Políticas e o Meio Social do Brasil* de Gilberto Amado; *O Clero e a República* de Jonathas Serrano; *O Ideal Brasileiro Desenvolvido na República* de João Antônio Nogueira; *Finanças Nacionais* de Nuno Pinheiros; *O Idealismo da Constituição* de Oliveira Viana; *Preliminares para a Revisão Constitucional* de Pontes de Miranda; *Bases da Nacionalidade Brasileira* de Ronald de Carvalho; *A Consciência Brasileira* de Tasso da Silveira; *Políticas e Letras* de Tristão de Athayde; *Benjamin Constant, o Fundador da República e À Margem da República* de Vicente Licínio Cardoso.

categórico a respeito das mudanças no Brasil, a partir do fim da escravidão. Para Amado, o avanço do grupo político liberal em detrimento do conservador, nas últimas décadas do Segundo Reinado, desencadeou uma alienação das elites políticas sobre a realidade nacional, agarrando-se em epifanias estrangeiras para a suas observações. O autor reproduz aqui um fator crítico recorrente da geração intelectual autoritária daquele período, como discutimos anteriormente.

No momento derradeiro da monarquia, Gilberto Amado destaca um tipo de política que seria exceção à maioria liberal

Os homens mais úteis do Império foram justamente aqueles que, menos instruídos nessas leituras estrangeiras ou de natureza, mais aptos a travar conhecimento com a realidade, tiveram da nossa gente uma percepção mais precisa e procuraram tirar dela o maior proveito possível, sem, todavia, dela esperar muito (AMADO, 1981a, p.49).

A habilidade de captar a realidade nacional que o autor destaca nesse grupo é algo que se tornou um elemento fundamental na geração intelectual da Primeira República, o que podemos entender aqui como um outro ponto precursor, um “elo perdido”, desse pensamento no século XIX. Mas com o crescimento do pensamento liberal e do republicanismo, ocorreu a perda dessas figuras, o que era dever da nova geração não apenas retomá-las, mas, também, adicionar um profundo teor intelectual.

Para que esse processo ocorra com mais sucesso, Amado elenca as qualidades da nova elite nacional

Enquanto não se formar no Brasil pela preponderância das inteligências construtivas uma “elite” de diretores mentais que saibam menos discutir questões “jurídicas” e mais questões “políticas”, que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil, uma “elite” conjugada ativa e energicamente em agremiações partidárias ou em torno de figuras excepcionais, de modo a suprir pelo influxo da sua ação as deficiências de um meio ainda incapaz de se dirigir a si próprio, enquanto não se conseguir organizar os elementos de direção de uma sociedade que não sabe se guiar por si mesma – a confusão, o tumulto, o malbaratamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo caracterizará o Brasil, será por muito tempo ainda a expressão da sua existência e a forma tumultuária da sua fisionomia e nação (AMADO, 1981a, p.57 e 58)

Novamente observamos a influência de Torres a respeito da crítica às elites políticas da Primeira República, perdidas em erudição e questões alienígenas da realidade brasileira. Outro fator de influência do autor carioca aparece na necessidade de formar novas elites intelectuais, não só para o exercício de operar o Estado, como também para sanar os problemas da sociedade, reflexo de uma população despreparada, “incapaz de se

dirigir a si próprio”, que caso não fossem resolvidos pela sua tutela, esses problemas tenderiam a se intensificar com o passar dos anos

Seguindo a linha de proposta para a mudança da sociedade brasileira, Pontes de Miranda apresenta um esboço para reformas de cunho político no texto *Preliminares para a revisão constitucional*. Miranda abre o capítulo elencando, em três estágios, a formação política das sociedades contemporâneas: o do *Empirismo, Apriorismo/Racionalista* e da *Ciência*, que o autor tenta traçar também na própria história política brasileira (MIRANDA, 1981b). A primeira foi a que ocorreu durante quase todo o Império, priorizando a observação e o pensamento instintivo. A segunda, conduzida pela razão, é a que cria uma sociedade racional, que estava sendo tocada a partir de fins do Segundo Reinado e na Primeira República, apesar dos inúmeros percalços. A última seria o estado no qual os fatos sociais são majoritariamente conhecidos, sendo assim passíveis de serem controlados, incentivados ou evitados (MIRANDA, 1981b).

Apesar de uma perspectiva teleológica de influência positivista, percebendo a sociedade como uma linha que caminha cientificamente rumo ao progresso, o autor argumenta que algumas sociedades passaram por esses três estágios de maneiras distintas, estando estagnadas em períodos diferentes, inclusive regressando para o estágio anterior. A realidade política brasileira necessitava de um controle para que este regresso não ocorresse, pois “desde o começo deste século as camadas dirigentes estão a levá-nos frigorosamente para o empirismo: forcemos o passo adiante e ponha-se um pé na terceira fase” (MIRANDA, 1981b, p.1).

Na perspectiva histórica e social, Pontes de Miranda relaciona o extenso fluxo migratório como um dos principais males nacionais, que acabou por trazer sujeitos com problemas de saúde e intelectuais da Europa, atrapalhando a nossa formação psicossocial (MIRANDA, 1981b). O interessante nesse fator é o discurso anti-imigração alinhado ao nacionalismo, um elemento ainda pouco defendido naquele período, a não ser no debate político envolvendo o movimento operário e a má influência anarquista entre os europeus. A imigração, acompanhada da crescente federalização da política, já presente de maneira tímida no Império, causou o desmembramento jurídico das províncias e a apologia ao pensamento liberal (MIRANDA, 1981b). O autor ainda critica a pouca quantidade de partidos na Primeira República, pois os que existem são “Estados que lutam entre si; guerra civil sem canhões, mas guerra civil. Como poderemos remediar a situação que está a empurrar-nos para abismos que só os políticos não veem?” (MIRANDA, 1981b, p.10).

Para solucionar essa série de problemas, Pontes de Miranda advogava por um sistema Corporativista-Sindical, alcançado na última fase Científica de sua teleologia. Um destaque em seu projeto seria a distribuição dos indivíduos de acordo com seu período de produtividade dentro do corpo social, pois “Na média, o brasileiro é aproveitável durante vinte anos, auxiliemo-lo a não perder tempo.”(MIRANDA, 1981b, p.18/19). Essa abordagem, assim como a visão corporativa e sindical, antecede os pressupostos de índole fascista que tiveram grande influência na política de direita após-1930 e em grupos como a Ação Integralista Brasileira.

Apesar do caráter breve dos textos, os artigos dos vários autores contidos na obra *À Margem da História da República* refletem as perspectivas do pensamento autoritário brasileiro da Primeira República de maneira pioneira. As visões críticas à construção da república brasileira, principalmente pelo caráter federalista, e a observação de inabilidade política das classes populares, demonstram um fator comum na coletânea, que a solução Corporativista, tecnocrática e centralizada seria o modelo ideal de reformulação do Estado brasileiro. Muitos dos jovens escritores contidos na obra, a partir da década de 1930 tornaram-se figuras de destaque na política e no pensamento intelectual brasileiro, como Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) e Carneiro Leão, futuros membros da Academia Brasileira de Letras, o próprio Oliveira Viana, e suas contribuições para a organização nacional, e Gilberto Amado, na tradição diplomática brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizando alguns dos pensadores autoritários que se manifestaram nas duas últimas décadas da Primeira República, pudemos entender pontos de acordo e divergência a respeito do modo de realizar transformações e reformas na sociedade brasileira em uma perspectiva de “cima para baixo”. O ponto de partida que nos parece mais concreto é a tentativa de entender uma realidade brasileira utilizando um aparato teórico e metodológico desenvolvido nos debates intelectuais pós-1870; nesse caso, os que se desdobraram em perspectivas conservadoras e autoritárias, devido às desilusões com o início de nossa experiência republicana em 1889.

Alberto Torres foi o primeiro que melhor formulou suas perspectivas críticas e um modelo de reformas para a centralização do Estado. Sua experiência nas mobilizações pró-republicanas e a ação política traumática dentro da Primeira República resultaram em uma dura análise da sociedade e das classes sociais brasileiras que, segundo ele,



necessitavam de um robusto projeto autoritário de organização. Esse projeto seria livre de amarras federalistas e da influência de ideologias nocivas para o contexto nacional, como o liberalismo e o socialismo. Sua observação do passado trazia um trágico diagnóstico de mentalidade colonial e o fim das poucas instâncias de ordem econômica, como o regime escravista. Em referência à primeira, é notável sua influência nas análises sociológicas, após o período da Primeira República, inclusive no limiar da modernização dos estudos sociais no Brasil, com autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

Mas, mesmo sendo ainda poucos os que acompanharam seus textos após seu falecimento em 1917, houve sujeitos que se mobilizaram na atividade intelectual da década seguinte. Oliveira Viana partiu de muitos pressupostos de Torres, mas também avaliou a sociedade brasileira de maneira distinta. Partindo de diagnósticos etnológicos e raciais, buscou entender os problemas nacionais pelos erros na trilha do desenvolvimento brasileiro, mais alinhado com influências anglo-saxãs, que pouco diriam para nós. A preocupação da tutela das classes populares, vítimas do fatalismo desorganizacional, oriundo tanto da miscigenação racial e das interferências libertárias, fez com que tivesse uma séria preocupação com a organização de instituições de formação da população pela direção do Estado, como os sindicatos corporativos, dos quais foi ferrenho defensor.

Também foi um dos participantes da coletânea intitulada *À Margem da História da República*, da qual observamos alguns textos. A preocupação daqueles autores em não apenas diagnosticar os 35 anos da Primeira República, mas também discutir soluções nos moldes apresentados por Alberto Torres anos antes, demonstra-nos os anseios de uma juventude intelectual de cunho conservador, a qual, analisando o contexto social e político, observava na via autoritária a única solução plausível de reformar a sociedade brasileira.

Nas décadas seguintes, muitas partes desse debate se alastraram no pensamento social e político brasileiro, que acabou sendo institucionalizado na lógica do Estado. A “desordem” cria não apenas uma forma mais palpável de demonstração, mas também ganha novos atores, como os comunistas, que na visão autoritária vinham a substituir os anarquistas da Primeira República como sujeitos encarregados de estremecer a ordem nacional. Também a solução autoritária se solidifica cada vez mais como uma necessidade para a resolução dos problemas nacionais, especialmente com as várias experiências de autoritarismo político ocorridas no seguimento do século XX.

6 REFERÊNCIAS

- ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição Anarquista do Rio de Janeiro.** 3º edição. Rio de Janeiro: Rizoma editorial, 2015.
- AMADO, Gilberto. **As instituições Políticas e o Meio Social no Brasil.** In: CARDOSO, Vicente Lícínio (org). **À Margem da História da República (Tomo I).** 2º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981a.
- BARIANI, Edison. O Estado Demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. **Caderno CRH**, V. 20 n 49, p.161-187, 2007.
- BOMFIM, M. **A América latina: males de origem.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2000.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Vol. 48, n 2, p.231-269, 2005.
- CARDOSO, Vicente Lícínio (org). **À Margem da História da República (Tomo I).** 2º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981a.
- CARDOSO, Vicente Lícínio (org). **À Margem da História da República (Tomo II).** 2º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981b.
- CARONE, Edgard. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais).** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. A Utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Vol.4, n 7, p.82-99, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- COSTA, Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil.** 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930:** história e historiografia. 16° edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil:** contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, Vol. 10 n. 17, p.277-301, 2007.

GAZINHATO, Lucas Silva. **Polpas Brutas: Apontamentos sobre as Classes Populares no Pensamento de Juarez Távora (1914-1930).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, 2021.

GENTIL, Alcides. **As ideias de Alberto Torres.** São Paulo: Editora Nacional, 1932.

LAMOUNIER, Bolivar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: Uma interpretação.** In: FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira. Volume 9, Tomo 3:** O Brasil Republicano. 8° edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEÃO, A. Carneiro. **Os deveres das Novas Gerações.** In: CARDOSO, Vicente Licínio (org). **À Margem da História da República (Tomo I).** 2° edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981a.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LINZ, Juan. **Regimes Autoritários.** In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). **O Estado autoritário e os movimentos populares.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917).** Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Vol. 56, n 4, p.727-767, 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyri. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 19, p. 75-119, 2016.

MIRANDA, Pontes de. **Preliminares para a revisão constitucional**. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org). **À Margem da História da República (Tomo II)**. 2º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981b.

MUNDIM, Luiz Felipe Cézar. **Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a Organização do Estado Brasileiro (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

PÈCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilhadores e semeadores**: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2000.

RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Viana. **História, ciência e saúde**, Vol. 10 n 2, p.573-601, 2003.

REZENDE, Maria José de. Mudança social no Brasil: as convergências no interior do ideário conservador. **Revista de Ciências Humanas**. N. 27, p.57-82, 2000a.

REZENDE, Maria José de. **Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres**. Estudos de Sociologia, V. 5, N. 8, p.35-58, 2000b.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas Vol 19**. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A imaginação política brasileira: cinco ensaios da história intelectual**. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 4º edição. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Sidney Jard da. **Postulados pedagógicos do estado corporativo no Brasil.** In: PINEZI, Ana Keila Mosca; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SILVA, Sidney Jard da (orgs). **Diálogos de Saberes para a Ação Cidadã: Práticas de Pesquisa, Mundo do Trabalho e Novas Tecnologias.** Santo André: Escritório de Mídia, 2009.

STEPAN, Alfred (org). **Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future.** New Haven e Londres: Yale University Press, 1973.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas, 1º Volume: Da planície à borda do altiplano.** 2º edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

TORRES, Alberto. **A organização nacional: Primeira Parte, A Constituição.** 3º edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1978b.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro.** 3º edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1978a.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **O modernismo e a questão nacional.** In: FERREIRA, Igor & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da Repúblíca à Revolução de 1930.** 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VIANA, Oliveira. **O Idealismo da Constituição.** 2º edição (aumentada). Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil Vol. 1.** 4º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

VIANA, Oliveira. **Problemas de política objetiva.** 4º edição. Rio de Janeiro: Record, 1974.

VIANNA, Luiz Werneck. **Americanistas e Iberistas: A Polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos.** Dados - Revista de Ciências Sociais. Vol.34, n 2, p.145-189, 1991.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA:

AMARGOS REFORMISTAS: DEBATES ENTRE INTELECTUAIS AUTORITÁRIOS NO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1914-1924)

Lucas Silva Gazinhato

Doutorando em Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Santo André, Brasil

lucas.gazinhato@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-9520-9881>

Maria Gabriela Silva Martins Cunha Marinho

Doutora em História Social (USP), Professora Titular

Universidade Federal do ABC (UFABC), Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Santo André, Brasil

gabriela.marinho@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5698-0437>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua da Pátria, nº 364, Vila Magini, Mauá-SP, Brasil, CEP 09390-400

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Profa. Dra. Maria José de Rezende (Universidade Estadual de Londrina) pelos comentários e apontamentos.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito:

Todos os autores contribuíram coletivamente.

Coleta de dados: Não se aplica.

Análise de dados: Não se aplica.

Discussão dos resultados: Não se aplica.

Revisão e aprovação: M.G.S.M.C. Marinho

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM



Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à *Em Tese* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

RECEBIDO em: 09/10/2024

APROVADO em: 24/12/2024

PUBLICADO em: 29/12/2024

